



UNIVERSIDADE
E D U A R D O
M O N D L A N E

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA

Curso de Licenciatura em Antropologia

**Narrativas de Abandono e Experiências de Adopção de Crianças na cidade de Maputo,
Moçambique**

Candidata: Ester Langa

Supervisora: Doutora Margarida Paulo

Maputo, Maio de 2021

**Narrativas de Abandono e Experiências de Adopção de Crianças na cidade de Maputo,
Moçambique**

Trabalho de Culminação de Estudos na Modalidade do Projecto de Pesquisa em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção do grau de Licenciatura em Antropologia na faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane.

Candidata

Ester Langa

A Supervisora

Presidente

Oponente

Maputo, Maio de 2021

DECLARAÇÃO DE HONRA

Declaro que este relatório é puramente da minha autoria. As informações que nele constam resultam do meu esforço, enfatizado pelas referências lidas e com a orientação do meu supervisor. Declaro ainda que o presente relatório nunca foi apresentado anteriormente na íntegra para a obtenção de qualquer grau académico.

Ester Langa

Maputo, Maio de 2021

DEDICATÓRIA

Dedicado este trabalho ao meu esposo Sebastião Langa pelo apoio moral e material, prestados durante a minha formação acadêmica. Dedico igualmente aos meus filhos Hélio Langa, Sheila Langa e Vânia Langa por terem estado ao meu lado, dando força para que este trabalho chegasse ao fim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a seguinte entidade, personalidades e instituições:

A Deus pelo dom da vida, pois se não fosse por ele, este sonho não se tornaria real.

A minha supervisora Doutora Margarida Paulo pela orientação e paciência que teve durante a realização deste trabalho. Por várias vezes fui-me apercebendo que aprendia mais quando a Doutora sugeria correcções nos capítulos do trabalho, e isso foi importante para mim, pois, permitiu-me reflectir sobre o que estava a escrever e acresceu minha visão no que tange a pesquisa científica.

A todo o Corpo Docente do Curso e de Antropologia, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane pela transmissão incansável de matérias e ferramentas, que daqui adiante inseriram-me ao mundo da verdadeira antropologia.

Aos meus informantes por aceitarem partilhar suas experiências que foram de tamanha importância para o sucesso deste trabalho.

Aos meus colegas da turma de Antropologia (2016), em especial ao meu grupo que era designado grupo dos mais velhos, em nome de Alberto Luís, Julião Jualo e Rosa Vicente. Agradeço também a Nércia, Saquina e Cadry por serem colegas que apoiaram-me em algumas matérias que passavam-me despercebido durante as aulas na academia.

A todos que directa e/ou indirectamente contribuíram para o sucesso deste trabalho.

LISTA DE ABREVIATURAS

CEA	Centro dos Estudos Africanos
CRM	Constituição da República de Moçambique
DAA	Departamento de Arqueologia e Antropologia
DGCAS	Direcção de Género, Criança e Acção Social
FLCS	Faculdade de Letras e Ciências Sociais
VIH	Vírus de Imunodeficiência Humana
SIDA	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida Humana
ONU	Organização das Nações Unidas
NU	Nações Unidas
UEM	Universidade Eduardo Mondlane

RESUMO

O presente trabalho pretende analisar as narrativas de abandono e experiências de adopção de crianças na cidade de Maputo. O trabalho baseou-se no método qualitativo nomeadamente: entrevistas semi-estruturadas, observação participante e revisão de literatura sobre o abandono de crianças no Mundo, na África Austral e em Moçambique particularmente.

Os resultados do estudo revelaram que os motivos levantados como principais para o abandono das crianças foram: a falta de condições para a subsistência das crianças, a rejeição dos filhos por parte de um dos pais, maus tratos e abandonos pós parto. A estes factores as crianças acabam estando em situação de vulnerabilidade. Os procedimentos de adopção das crianças e a sua consequente integração em novas famílias são feitos da seguinte forma: Primeiro, as famílias optaram pela formalidade na adopção das crianças, por intermédio da Direcção do Género, Criança e Acção Social da cidade de Maputo. Segundo, a adopção de crianças pode ocorrer por via de autoridades locais e permissão dos familiares das crianças e por último Terceiro, a adopção de crianças não totalmente formal, onde as crianças são apresentadas às autoridades locais e policiais. O estudo concluiu que o processo de integração das crianças nas novas famílias, não constituiu problema para as mães adoptivas devido a situação em que as crianças são encontradas. As crianças encontram abrigo em pessoas de boa-fé, que movidas por sentimentos acolhem as crianças, seja formalmente, assim como informalmente.

Palavras-Chave: Criança em situação de rua, Abandono, Adopção.

Índice

Declaração de Honra.....	i
Dedicatória.....	ii
Agradecimentos.....	iii
Lista de abreviaturas.....	iv
Resumo.....	v
CAPITULO 1: INTRODUÇÃO.....	1
Capítulo 2: Revisão de literatura.....	4
Abandono de crianças no mundo.....	4
Abandono de crianças na África Austral.....	5
Abandono de crianças em Moçambique.....	6
2.1. Definição de conceitos.....	7
2.2. Problemática.....	8
Capítulo 3: Metodologia.....	11
3.1. Desafios e superação.....	14
3.2. Considerações éticas na pesquisa.....	14
3.3. Área de Estudo.....	15
CAPÍTULO 4: Motivos e perfis de pessoas que abandonam crianças.....	17
4.1. Adopção de Crianças e Integração nas novas famílias.....	22
4.2. Interação das crianças nas famílias adotivas.....	26
5. Considerações finais.....	31
Apêndices.....	33
Referências bibliográficas.....	39

CAPITULO 1: INTRODUÇÃO

Este trabalho com o tema: “Abandono de Crianças nas ruas da cidade de Maputo, Moçambique” surge para cumprir um dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura em Antropologia, no Departamento de Antropologia e Arqueologia (DAA) da Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM). De acordo com Trindade (1998), o abandono de crianças fere seus direitos. Recorrendo-se ao historial sobre o abandono das crianças, entende-se que nas antigas sociedades (grega ou romana) a criança e o adolescente sequer eram considerados susceptíveis de protecção jurídica, senão meros objectos de propriedade estatal ou paternal, caracterizados por um estado de imperfeição que se perdia somente com o passar do tempo, e unicamente suavizado por um dever ético-religioso de piedade. Só recentemente é que começaram a olhar para a criança e o adolescente como uma pessoa no sentido pleno do termo, permitindo-lhe atingir direitos e liberdades de que são beneficiários como condição geral, mesmo no período de tempo durante o qual estão em processo de formação.

Neste âmbito, não se pode falar dos esforços na promoção e protecção direitos das crianças, sem se fazer menção à Organização das Nações Unidas (ONU) - ou Nações Unidas (NU) - principalmente do papel preponderante que esse organismo internacional desempenhou, e continua a desempenhar, na adopção de um quadro legal favorável em todos seus Estados membros, onde Moçambique faz parte que contribua para a promoção e protecção dos direitos da criança.

Por sua vez, a Save the Children Internacional elaborou a proposta preliminar de uma declaração sucinta que reivindicava direitos para a criança, e convenceu a Liga das Nações a adoptá-la na Declaração de Genebra dos Direitos da Criança, em 26 de Setembro de 1924. Neste contexto a salvaguarda dos direitos da criança iniciaram nesse contexto, onde percebe-se que as crianças abandonadas carecem de protecção e Moçambique como Estado, deve oferecer assistência a elas de modo a garantir a sua protecção (Francisco, 2016).

Objectivos da pesquisa

Geral

- Analisar as narrativas sobre o abandono e as experiências de adopção de crianças na cidade de Maputo.

Específicos

- Identificar os motivos que levam as crianças a serem abandonadas;
- Descrever o perfil das pessoas que abandonaram crianças;
- Compreender como são adoptadas as crianças e como se integram nas famílias;
- Observar como as crianças interagem nas famílias adoptivas.

Justificativa

O estudo é pertinente para Antropologia de Família e Parentesco pois poderá despertar aos demais pesquisadores da mesma área a aferirem a realidade vivida pelas crianças de rua, tendo como base instrumentos antropológicos adequados para captar até o último nível de sensibilidade que essas crianças tem sobre o seu abandono e a vida que passam a ter após serem inseridas em algumas famílias.

O estudo é crucial para Moçambique porque permitirá compreender até que ponto as crianças da cidade de Maputo são cuidadas ou descuidadas para que cheguem a situações de abandono, e a posterior os fazedores de políticas públicas podem avançar estratégias eficazes como forma de acolher as crianças e garantir um bem-estar das mesmas.

A nível individual o trabalho é pertinente porque permiti-me conhecer mais a realidade vivida pelas abandonadas nas ruas da cidade de Maputo, conseqüente integração em algumas famílias e entender o nível de interacção que passam a ter com as novas famílias dada a sua inserção.

Este trabalho está organizado em cinco capítulos. O primeiro capítulo compreende a introdução, os objectivos do trabalho e a justificativa. O segundo capítulo está inerente a revisão que literatura, aos conceitos e a problemática do trabalho. O terceiro capítulo compreende a metodologia do trabalho e a área de estudo. O quarto capítulo, tem como alicerce os resultados da pesquisa e por último, o quinto capítulo revela as considerações finais do presente estudo.

CAPÍTULO 2: REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo apresenta-se a revisão de literatura será inerente ao abandono de crianças no mundo, na África Austral e em Moçambique. Não obstante dá relevância a abordagens antropológicas como forma de se entender a situação de abandono de crianças na perspectiva da área de formação.

Abandono de crianças no mundo

Jardim (2010) realizou um estudo com objectivo de fazer reflexão do fazer antropológico sobre o Programa Bolsa Família, que tem como foco a criança. O trabalho baseou-se na revisão bibliográfica e pesquisa etnográfica. Os resultados do estudo mostram que cabe, mas não só, a antropologia, continuar essa reintegração da criança na humanidade, como já vem acontecendo ao longo dos séculos. Perceber nas crianças condutas humanas racionais e autónomas de grande valia para a compreensão da sociedade. O estudo conclui que é neste sentido de valorização da criança enquanto agente social que temos que pensar a criança. Não por acaso instituições estão voltando seu foco para este agente. Da mesma forma, a sociedade instituída nas bases do Estado busca novos modos de agir com políticas sociais direccionadas a uma parcela da população que a pouco não era visto como indivíduo relacional e actuante na sociedade.

Por sua vez, Paula (2016), fazendo um estudo etnográfico com o intuito de perceber os padrões de abandono das crianças na América ibérica, percebeu que naquele contexto, as crianças eram constantemente deixados nas portas das casas ou eram encontrados nas ruas ao amanhecer, alguns vivos, outros mortos, com os corpos rasgados e mutilados por animais nocturnos. Largar um recém-nascido na soleira de um domicílio, em uma rua despovoada e escura, em um campo aberto ou na Roda dos expostos era, para homens, mulheres ou mesmo crianças crescidas que acompanhavam os adultos naquele contexto, algo bastante comum.

Saraiva e Corrêa (2017), fizeram um estudo qualitativo em Bragança com objectivo de verificar as circunstâncias que atraem as crianças à rua e compreenderam que em muitas situações as tornam atores sociais vulneráveis a violência verbal, física e afectiva. O

estar na rua possibilita situações de violência, maus tratos, abandono escolar e familiar, mas a rua também é uma fuga para aquelas que sofrem essas violências dentro de casa, nesse aspecto é necessário entender as circunstâncias vivenciadas por cada actor social que ocupa os espaços da rua.

Neste contexto, Silva (2011), fazendo uma etnografia com objectivo de perceber as relações entre a população em situação de rua chegou a conclusão de que a população em situação de rua é constituída por segmentos heterogéneos, com diferentes realidades, mas que comungam a condição de pobreza absoluta e o não pertencente à sociedade formal. Entende ainda o autor que relativiza-se a visão dominante comumente direccionada à população em situação de rua, visão que se pauta no estigma da desordem, da incivilidade, da passividade e do não pertencente à sociedade. O próprio discurso da exclusão social, ao mesmo tempo em que revela sua importância, uma vez que denuncia as tramas da desigualdade social, parece obscurecer toda uma movimentação activa e instigante, articulada pelos ditos “excluídos socialmente.

Abandono de crianças na África Austral

Pinheiro (2007), analisou a violência contra as crianças na África do Sul, usando o método de entrevistas semi-estruturadas e observação, onde entendeu que, os castigos corporais nos lares, violência nas escolas, onde ocorrem diferentes formas de tratamento humilhante e *bullying*, apesar de proibição legal; e preocupações acerca do abuso e exploração de crianças na comunidade, inclusive falta de salvaguardas em actividades de lazer, por exemplo, clubes de jovens e desportivos, tem sido factores que influenciam as crianças a abandonarem os seus lares para se fazerem as ruas.

De forma paralela, Soares (2015), examinou os processos de acolhimento, reintegração social e reunificação familiar de crianças acusadas de feitiçaria em duas instituições missionárias católicas de Angola. Os resultados do estudo mostram em Angola é possível que a criança abandone o seu lar por ser indiciada de feitiçaria. Quando a família começa a suspeitar do trama da criança com as forças ocultas, é frequente exercer violência física sobre a criança de modo a ilícitar uma confissão, o que resulta muitas vezes em ferimentos graves ou mesmo na morte. O estudo, Na maior parte dos

casos, a criança é conduzida a uma igreja de reavivamento (*église de réveil*), onde o pastor a examina em privado e confirma (ou não) a sua condição de feiticeiro, dando assim uma legitimação institucional às suspeitas dos familiares e reenquadrando o fenómeno na demonologia cristã de matriz neopentecostal.

Abandono de crianças em Moçambique

Manjate (2014), realizou uma pesquisa com objectivo de compreender a organização social entre os chamados meninos de rua na cidade de Maputo. O autor usou como métodos a etnografia, a observação directa, entrevistas semi-estruturada e as conversas informais. No estudo, o autor concluiu que os moradores de rua estão organizados em unidades que designam de *Mugorodes* que constituem seus lares onde que dentro destes tem quartos para todos moradores, uma cozinha onde confeccionam seus alimentos, tem ainda uma casa de banho para fazerem banho assim como necessidades biológicas. Dentro do *Mugorode* tem um chefe geral que coordena as actividades produtivas e de diversão com varias associações como o caso de Associação dos Meninos de Moçambique.

Sixpence (2010), analisa as crianças vulneráveis em Moçambique e o papel de estigma na permanência de crianças que vivem nas ruas da cidade de Maputo. Para o estudo, o autor baseou-se na pesquisa qualitativa, observação directa e entrevistas. Os resultados do estudo mostram que a interacção social entre as crianças de rua com seus familiares lhes deixa sem amparo por causa da indiferença e rejeição por elas verificado. Não havendo espaços onde que elas possam evitar essas situações, onde que possam encobrir o seu estigma olham na rua como solução de ponto de partida. O autor concluiu que o estigma é um dos factores fundamentais que contribui para a existência do fenómeno de crianças nas ruas, e afirma que as crianças de rua tem “conhecimento que elas representam um perigo para a sociedade e isso faz com que as mesmas tenham poucas possibilidades de gerirem o seu estigma e de interagirem com a sociedade.

Maló (2017), analisou os mecanismos ou estratégias que os moradores de *mugorode* vulgarmente conhecidos por meninos de rua adoptam para a sua reprodução social, incidindo sobre as suas experiências em torno de crime na baixa da cidade de Maputo.

O estudo baseou-se na observação directa, entrevistas semi-estruturadas e conversas informais. Os resultados do estudo mostraram que algumas crianças foram viver nas ruas devido aos maus tratos dos seus familiares, outros a procura de trabalho, e quando não encontram, a rua acaba sendo um local onde apanham dinheiro com facilidade.

Save The Children (2007), realizou um estudo com objectivo de compreender crenças, atitudes e práticas socioculturais relacionadas com os cuidados das crianças. O estudo baseou-se na pesquisa qualitativa feita nos distritos de Angoche, Búzi e Chibuto. Os resultados da pesquisa revelaram que em Moçambique não existe um mecanismo de produção sistemática e de forma permanente de dados que possibilitem visualizar regularmente e até mesmo determinar não apenas a magnitude do problema da morte de criança neonatal, como também, identificar as causas epidemiológicas, sócio culturais e estruturais que afectam as condições de saúde das crianças. O estudo conclui que essas questões epidemiológicas podem concorrer para o abandono de crianças pela incapacidade dos progenitores em solucionar os seus problemas de saúde.

Paralelamente ao que Save the Children referiu, Francisco (2016), analisando a evolução da história dos direitos da criança no mundo e em Moçambique concretamente na província de Tete, apoiou-se na revisão bibliográfica e pesquisa exploratória para obter resultados que mostram que em Moçambique, em particular, se destacam as mudanças constitucionais que tiveram lugar com a aprovação da CRM de 2004, que contribuíram significativamente para a melhoria dos direitos da criança. O estudo conclui que as crianças particularmente as órfãs, as portadoras de deficiências e as abandonadas, têm direito a protecção da família, da sociedade e do Estado, contra qualquer forma de discriminação, de maus tratos e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições.

2.1. Definição de conceitos

Nesta secção definem-se os conceitos operacionalizados no trabalho, nomeadamente: crianças em situação de rua; abandono, criança em situação de rua e adopção.

Crianças em situação de rua

O conceito de crianças em situação de rua proposto por Silva (2011), define-as como as desprovidas de condições materiais e simbólicas que marcam as tradições identitárias convencionais do mundo da casa desconectados das relações sociais intrínsecas a essas duas dimensões e mantidos nas fronteiras liminares da ordem urbana, uma dinâmica própria nas ruas.

Abandono

Neste trabalho uso o conceito de Oriente e Sousa (2005), que referem que o abandono remete-nos a categorias de significados invisibilidade, transgressão e vínculos afectivos representam essas dimensões. O significado do abandono nessas três dimensões denúncia o quanto as crianças sentem-se desprotegidas, representação que se destaca pelo desejo de ter uma família, a ponto de criar um pai ou uma mãe imaginários. A invisibilidade é a categoria que mais se evidencia e se concretiza em diversos contextos para todas as crianças.

Adopção

Baptista (2012), que diz que adopção remete a causas que levam um homem e uma mulher desejar adoptar uma criança. Causas essas que podem estar relacionadas com a esterilidade do casal; com a impossibilidade de gerar mais do que um filho e querer ter mais; com o desejo de contribuir para a felicidade de uma ou mais crianças, na maior parte das vezes institucionalizadas, proporcionando-lhes um lar e uma família. A adopção faz sentido sempre que o principal objectivo do casal que adopta estiver acima de qualquer interesse que não seja o bem-estar e a felicidade do adoptado; sempre que se traduza num gesto de solidariedade humana e de reconhecida importância por parte da sociedade, ajudando-o, amando-o e educando-o de forma a permitir, por sua vez, que o torne num homem ou numa mulher, inserido numa família que o reconhece como seu descendente.

2.2. Problemática

O abandono de criança nas ruas tem sido um fenómeno recorrente em Moçambique e no mundo em geral, sendo que os factores que concorrerem para esta prática são vários. Penso, então, que a Antropologia tem a sua contribuição a ser dada, no que tange a sua especificidade, para compreender questões que possam surgir ao longo de trabalhos voltados para o seu campo mais geral, assim como o mais particular, a dizer, neste caso, à antropologia da criança e de abandono (Jardim 2010). Na sua abordagem sobre o abandono Fernandes et. al. (2011), refere que existe uma rede de eventos e fenómenos sociais, familiares e políticos que contribuem para a intenção ou a efectiva realização do abandono. A mãe abandonada pode ser uma mãe abandonante.

Silva (2011), argumenta que a população em situação de rua é constituída por segmentos heterogéneos, com diferentes realidades, mas que comungam a condição de pobreza absoluta e o não pertencimento à sociedade formal. Indivíduos aí colocados trazem, segundo a autora, as marcas de sucessivas rupturas (frequentemente associadas ao uso de drogas), tanto por parte da família como do sujeito que está na rua.

Constata-se que as crianças abandonadas nas ruas são vistas pela sociedade como indivíduos que incomodam e causam doenças nas outras pessoas, porque transportam consigo lixos. Esse grupo de pessoas só tem direito a descanso a noite, por ser o período mais calmo e nesse mesmo período eles dormem nas escadas de prédios, varanda de lojas e nos passeios (idem).

Numa perspectiva antropológica, Oriente e Gomes Sousa (2015) realizaram um estudo com objectivo do significado do abandono para as crianças institucionalizadas. O estudo baseou-se na pesquisa bibliográfica e recolha de dados usando o método etnográfico. Como resultado, percebeu-se que conhecer o significado do abandono para as crianças institucionalizadas não é apenas adentrar a subjetividade individual, mas reconhecer a subjetividade social que também a constituiu. Concluiu-se que ter uma compreensão mais profunda do significado do abandono para as crianças submetidas a ele, na condição de crianças institucionalizadas, ajuda a compreender também a forma subjetivada que permeia a concepção de abandono da própria instituição. É na unidade

da subjetividade individual e social que se pode encontrar alternativas mais eficazes na constituição de novas subjetividades.

Numa abordagem diferente, Cohn (2013), realizou um estudo com intuito de captar as concepções de infância e infâncias. O estudo baseou-se apenas na revisão de literatura. Os resultados do estudo mostram que a antropologia dedicada às crianças e às infâncias se consolidou, e a excelência, a possibilidade (metodológica, analítica, epistemológica) e a legitimidade de nossos estudos são reconhecidas. Porém, ainda necessitamos ganhar maior abrangência tanto no debate antropológico como um todo quanto na intervenção e na atuação pública. Por isso, meu chamado aqui é por maior interlocução, mais entrecruzamentos. É também por manter o tema no debate atual da antropologia. Um bom começo para tal é reconhecer o que os estudos com e sobre crianças têm podido revelar e que nem sempre é revelado pelos demais estudos. Conclui-se que, toda pesquisa antropológica com ou sobre crianças, instituições, políticas e direitos deve ter em conta as concepções de infância que as perpassam e que informam suas formulações e ações. Inclusive as das crianças, que agem no mundo de acordo com a concepção de infância que este lhe apresenta, com a qual interagem e às vezes entram em conflito.

Neste contexto para Cochinski (2008), as crianças, particularmente as órfãs, as portadoras de deficiências e as abandonadas, têm proteção da família, da sociedade e do Estado, contra qualquer forma de discriminação, de maus tratos e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições. Normalmente as crianças e adolescentes que estão na rua migram da periferia (local que vivem com a família) para o centro das cidades, a princípio, para buscar auxílio para o orçamento familiar (dinheiro, comida ou o que for pertinente). Porém, a rua é muito atraente para quem não consegue satisfazer suas necessidades básicas de sobrevivência e desenvolvimento em casa, torna-se mais interessante que a escola, que muitas vezes está alheia ao contexto dessas crianças e acaba por expulsá-las. ao pergunta de pesquisa para o presente estudo *é quais são os significados e as lógicas do abandono de crianças na cidade de Maputo?*

CAPÍTULO 3: METODOLOGIA

Este trabalho baseou-se nos métodos qualitativos nomeadamente: entrevistas semi-estruturadas, a pessoas que adoptaram crianças abandonadas questionando sobre como tiveram acesso a elas, entrevistei igualmente a mães que abandonaram crianças sobre como se sentiram após ao abandono e entrevistei as próprias crianças procurando saber sobre o sentimento que elas têm, sabendo que foram abandonadas. De acordo com Bell (1997), as entrevistas semi-estruturadas caracterizam-se pela existência prévia de um guião preparado para orientar as entrevistas. Este tipo de entrevistas permite que os informantes respondam as mesmas questões, não exige ordem rígida nas questões, o desenvolvimento da entrevista vai se adaptando ao entrevistado, implicando num grau elevado de flexibilidade por parte do pesquisador na exploração das questões. A desvantagem das entrevistas semi-estruturadas é que exige muito tempo e boa preparação do pesquisador, limita o número de participante de estudo, pode criar problemas relativos a flexibilidade, pois o pesquisador deve tomar conta do guião e da codificação dos informantes (idem).

A observação participante baseou em estar com crianças abandonadas e acompanhar o seu dia-a-dia (cf. Malinowski, 1978). As desvantagens da observação participante é que no decorrer da entrevista o observado pode criar impressões favoráveis ou desfavoráveis ao observador, ou a ocorrência de acções imprevistas, o que pode impedir o observador a acompanhar o fato. Não obstante, a uma das principais desvantagens da observação participante é que a presença do pesquisador pode provocar mudanças no comportamento dos observados, assim tirando a espontaneidade e gerando resultados pouco confiáveis (Marconi e Lakatos, 2007). Uma das vantagens notáveis durante a observação com as mães é que por vezes as mães adoptivas, vinham tentar ajudar as crianças com as respostas, isto, influenciava nas respostas das crianças e na vontade que as mesmas tinham no âmbito das respostas das questões lançadas. Para evitar esse cenário, pedia que elas se afastassem para que as crianças sentissem-se a vontade durante a conversa.

A observação participante tem como vantagem chegar ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo. Neste método, o observador assume o papel de membro do grupo e participa de forma real na vida da comunidade observada, facilita o

rápido acesso aos dados sobre situações habituais em que os membros das comunidades se encontram, possibilita o acesso a dados que a comunidade ou grupo considera de domínio privado e possibilita captar as palavras de esclarecimento que acompanham o comportamento dos observados. A observação participante, foi importante na medida em que permitiu olhar para os informantes de pesquisa (mães que abandonaram crianças, mães que acolheram crianças e as próprias crianças) e daí aferir as suas emoções, a partir de lágrimas que escoriam, ao lembrarem-se dos episódios passados.

A revisão de literatura cingiu-se nos estudos sobre o abandono de crianças no mundo, na África Austral e em Moçambique. Os artigos foram recolhidos na Biblioteca do Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA) da UEM, Biblioteca do Centro de Estudos Africanos (CEA) da UEM, e em pesquisa Online no Google Académico e Google Livros. A revisão de literatura permitiu verificar o que os estudos sobre o abandono de crianças argumentam, que teorias usaram e quais as lacunas que existem nos estudos de modo, a dar espaço que o meu trabalho fosse relevante de ser conduzido.

No total foram entrevistados dez informantes, dentre os quais, uma funcionária da Direcção de Género, Criança e Acção Social da cidade de Maputo (DGCAS), três crianças abandonadas, três pessoas que acolheram e adoptaram crianças abandonadas e duas mães que abandonaram crianças. O acesso aos informantes foi com base na técnica de bola de neve, onde a partir de um informante, que conheci há algum tempo, fui tendo contacto com pessoas que se mostraram disponíveis para partilhar sua experiência para a pesquisa. As crianças entrevistadas tinham a idade de aproximadamente 10 a 13 anos. Optei manter contacto com crianças dessa idade porque acreditei poderiam participar activamente nas entrevistas.

A entrevista com a funcionária da DGCAS da cidade de Maputo foi relevante por ser responsável de passar guias para a integração de crianças abandonadas em novas famílias. A entrevista com as mães que abandonaram crianças foi útil para colher os seus depoimentos sobre as motivações que as levaram a abandonar suas crianças. A entrevista com mulheres que acolheram crianças abandonadas foi valiosa para compreender o sentimento que tiveram ao acolher as crianças.

No geral, as entrevistas duravam entre 30 min a 1h00min dependendo do teor da conversa, da disponibilidade e da sensibilidade dos informantes. Durante a entrevista era possível observar através da expressão facial das mulheres que adoptaram as crianças que as palavras proferidas pareciam libertá-las do acto que outrora cometeram. Uma das mulheres entrevistadas referiu: *“Existem mulheres que choram dia e noite para conceber e não conseguem, em contrapartida, existem as que têm essa sorte e não sabem fazer jus da mesma”*.

No que se refere as crianças era possível observar algumas lágrimas quando falavam do facto de terem sido abandonadas. Quando isto acontecia, eu dizia aos informantes que chorar faz bem a alma e permitia que se libertassem. As mulheres que abandonaram crianças também diziam-se arrependidas por terem um dia abandonado sua criança.

Depois da conversa com os informantes, os mesmos perguntavam-me qual seria a finalidade do meu trabalho, visto que já havia terminado de recolher dados. Eu respondi que a finalidade do meu trabalho seria de apresentar diante de um júri na minha na Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS), Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), para depois ser avaliada de modo a obter o grau de Licenciatura em Antropologia. O facto de ser mulher foi importante para, com alguma facilidade, colher depoimentos de mulheres que abandonaram suas crianças o que foi verbalizado nas entrevistas quando uma mulher disse: *“você como mulher entende não é”*, e eu respondi, sim compreendo.

Para a captação e registo dos dados usei bloco de notas e gravador. O bloco de notas serviu para a tomada notas dos depoimentos partilhados durante as entrevistas com os informantes de pesquisa, escrevia o que eles diziam, faziam e o que eu via. A técnica do registo no bloco de notas, foi coadjuvada com a gravação (no telemóvel) que foi usada para permitir captar depoimentos que me escapavam registar durante a entrevista. A técnica de gravação tem limitação pois, os informantes estavam conscientes que estão sendo gravados. Ao decorrer das entrevistas, os informantes ficam mais soltos e esquecessem-se da existência do gravador e conversam a vontade. Quanto a limitação da técnica de bloco de notas, é que por vezes, os informantes, paravam de falar quando eu escrevia, e por esse motivo a conversa esfriava.

A organização dos dados da pesquisa foi feita com base na selecção dos aspectos que eram comuns e similares no depoimento de cada informante, depois organizei os depoimentos em capítulos e subcapítulos e iniciei a escrita do trabalho. Para entrevistar a funcionária, tive a autorização da DGCAS. Todos os nomes dos informantes que aparecem neste trabalho são fictícios para salvaguardar a identidade dos meus informantes.

3.1. Desafios e superação

Importa referir que, no âmbito do trabalho de campo tive vários desafios mas apenas um irei reportar por achar-lo relevante, não foi fácil a localização de parentes que tenham abandonado crianças. Este desafio foi ultrapassado por intermédio de algumas pessoas conhecidas que ajudaram-me a identificar pelo menos três famílias que passaram, que abandonaram crianças e que faziam parte desta pesquisa. De salientar que as mães que abandonaram crianças pediram que eu fosse sigiloso com as informações que elas forneciam porque além de vergonha, elas tem medo de serem incriminadas por isso. Afirmaram ainda que, só aceitaram conversar porque me foram indicadas por pessoas conhecidas.

3.2. Considerações éticas na pesquisa

É de salientar que fazer pesquisa sobre crianças abandonadas é mexer com um dos assuntos sensíveis na sociedade, visto que acabamos despertando alguma “dor” nos actores directos envolvidos na pesquisa. Não foi fácil, questionar sobre os motivos de que foram abandonadas as crianças, pois em algumas situações comoviam-se ao se recordar que os seus próprios familiares e progenitores deixaram-nas a deriva. Contudo, por vezes tinha que interromper as conversas e remarcava para outro dia em que as crianças estivessem calmas. O mesmo aconteceu com as mães que abandonaram suas crianças, por vezes emocionavam-se durante a conversa, e tinha que interromper a conversa e continuar depois de um momento.

O facto de ser estudante da UEM, por parte ajudou durante as entrevistas, pois alguns informantes, sobretudo, as mães que adoptaram crianças comentavam durante as conversas que gostam da UEM pois é a universidade mais reconhecida no país, por isso,

seria uma honra participar da pesquisa pertencente a uma estudante da mesma instituição. Por outro lado, dificultou, visto que as mães que abandonaram crianças, tinham medo que a Universidade publicasse a informação com nomes identificados, e daí, todo país, ficaria a saber quem são as pessoas que abandonam crianças. Perante este dilema, garanti-lhes que usaria pseudónimos no texto de forma a salvaguardar as identidades deles.

3.3. Área de Estudo

Este trabalho foi realizado na Cidade de Maputo. A cidade de Maputo está localizada no sul de Moçambique, a oeste da Baía de Maputo, no estuário do Espírito Santo, onde desaguam os rios Tembe, o Umbeluzi, o Matola e o Infulene. Está situada a uma altitude média de 47 metros. Os limites do município se encontram entre as latitudes 25° 49' 09"S (extremo norte) e 26° 05' 23" S no extremo sul e as longitudes 33° 00' 00" e extremo leste considerada ilha de Inhaca e 32° 26'15" a extremo oeste. O município tem uma área de cerca de 300 quilómetros quadrados (INE 2018).

Os resultados preliminares do censo de 2017 apontam para uma ligeira diminuição da população dos 1 111 638 registados no censo de 2007 para 1 101 170, menos 10468 habitantes ou 0,9%. Esta diminuição teve lugar depois de um crescimento fraco de 13,2% entre os 966 837 habitantes enumerados no censo de 1997. O crescimento populacional entre 1997 e 2007 equivale a 1,2% ao ano, metade da média nacional de 2,4%. Segundo o INE (Instituto Nacional de Estatística), este crescimento populacional lento em Maputo é resultado da migração para a província de Maputo, principalmente para as zonas de expansão habitacional nos distritos de Boane, Marracuene e cidade da Matola. O INE relata ainda que entre 2006 e 2007, a cidade de Maputo recebeu de outras províncias 26 038 pessoas, mas por outro lado, 39 614 saíram para a província de Maputo. No início de 2013 a população do município estava estimada em 1 209 993 habitantes (INE 2018).

Tal como no resto do país, o governo central, através da Direcção Provincial de Educação de Maputo-Cidade, era responsável pela gestão do sector da educação. No contexto do aprofundamento das competências das autarquias locais, o governo

municipal assumiu a responsabilidade da gestão do nível básico da educação em Junho de 2010, o que implicou assumir a gestão de 150 escolas primárias. Entre as escolas secundárias, algumas das mais tradicionais são a Escola Secundária Francisco Manyangae a [Escola Secundária Josina Machel](#) (idem).

A cidade também é a sede de algumas instituições de ensino superior privadas, sendo as principais a Universidade Politécnica (A Politécnica), a Universidade Técnica de Moçambique (UDM), a Universidade de São Tomás de Moçambique (USTM), o Instituto Superior Monitor (ISM), o Instituto Superior de Ciências e Tecnologias de Moçambique (ISCTEM), o Instituto Superior de Transportes e Comunicações (ISUTC) e o Instituto Superior de Tecnologias e Gestão, ISTEg (idem).

A base cultural de Maputo é bantu, mas outros elementos contribuíram para a formação cultural da cidade. A cultura portuguesa foi relevante nesta formação, tendo em vista que Portugal foi o país colonizador de Moçambique. Outras culturas, como a árabe, chinesa e indiana também tiveram uma contribuição significativa. Maputo possui uma cultura também muito influenciada pela África do Sul, país vizinho de Moçambique (idem).

CAPÍTULO 4: MOTIVOS E PERFIS DE PESSOAS QUE ABANDONAM CRIANÇAS

Este subcapítulo analisa os motivos e perfis de pessoas que abandonam crianças. Da pesquisa efectuada constatei quatro aspectos que concorrem para o abandono de crianças, nomeadamente: 1) a falta de condições para a subsistência das crianças, 2) a rejeição dos filhos por parte de um dos pais, 3) maus tratos e 4) abandonos pós parto. Estes foram os motivos reiterados pelos informantes como os principais que concorrem para abandono das crianças nas ruas e nos hospitais. Os conteúdos desses aspectos são desenvolvidos abaixo.

Em relação ao perfil de pais ou familiares que abandonam os seus filhos a pesquisa mostrou que é constituído por pais que não programaram a gravidez e consequentemente quando a criança nasce tem optado em abandoná-la; pais ou famílias com condições financeiras baixas, a falta de entendimento entre os casais que culmina com a separação dos mesmos, e por vezes as mulheres tem sentido pressão nos cuidados das crianças e acabam abandonando-as, pais que foram presos e as crianças ficam sem ninguém para as cuidar; crianças órfãs que os familiares dos seus progenitores não as cuidam devidamente. A seguir os motivos e perfis de pessoas que abandonam crianças. Uma funcionária de uma instituição que trabalha com crianças, de 44 anos de idade, disse:

São vários motivos que fazem as pessoas abandonarem os seus filhos ou crianças que sejam seus familiares, há mães que exemplo abandonam filhos só porque o pai negou de assumir a gravidez e assumir a esposa, então as mulheres as vezes ficam frustradas por isso e as vezes acabam abandonando as crianças nos hospitais, nas lixeiras, nas ruas ou vão deixar mesmos nos infantários. Mas para mim essas pessoas não tem moral nenhuma, porque toda criança merece ter um lar e uma família, mas infelizmente acontece.

A funcionária revelou que os motivos que levam as pessoas a abandonarem suas crianças são vários, porém destacou a insatisfação das mulheres após terem sido abandonadas pelos maridos durante o período da gravidez, isto faz com que elas abandonem crianças em contextos diferentes, como por exemplo, em ruas, nos hospitais, nas lixeiras ou nos infantários. Contudo, a funcionária referiu que essas

situações todas não deviam ser suficientes para um determinado progenitor abandonar o seu filho, trata-se de falta de moralidade por parte dos que abandonam crianças, porque tinham que ter em conta que toda criança tem direito a um lar e família. Cochinski (2008) refere que as crianças, particularmente as órfãs, as portadoras de deficiências e as abandonadas, têm protecção da família, da sociedade e do Estado, contra qualquer forma de discriminação, de maus tratos e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições. Marlin, de 45 anos de idade, que adoptou uma criança, aferiu:

Muitas das pessoas que abandonam crianças somos nós mulheres, fome é uma das causas, muitas das mulheres engravidam desprotegidas e se arrependem depois, então, algumas por falta de dinheiro de fazer aborto, deixam a barriga crescer para depois de nascerem largarem os bebés nas ruas. Por isso muitas das vezes você encontra crianças nas valas de drenagem, na rua porque foram abandonada pelas próprias mães e as vezes com o consentimento dos maridos. Para mim, essas pessoas são como assassinos, porque a real intenção as vezes é de deixar as crianças sem vida, então não há diferença com assassino.

Marlin afirmou que um dos motivos que fazem com que alguns progenitores abandonem seus filhos ou crianças é o factor fome, onde algumas mulheres concebem gravidezes indesejadas e por falta de dinheiro para fazer aborto acabam dando parto e a posterior abandonam os recém-nascidos em valas de drenagens e ruas. O abandono das crianças por vezes tem sido consensual entre os casais. As pessoas que abandonam as crianças são consideradas e comparadas com assassinos, pois, intenção delas é que as crianças percam a vida. As palavras de Marlin diferem com as de Francisco (2016) pois ele apenas analisou a evolução da história dos direitos da criança no mundo e em Moçambique concretamente na província de Tete. A seguiu o depoimento de Gina, de 39 anos de idade que explicou o seguinte:

Para mim, há pessoas que deixam crianças a deriva por causa de pobreza, no exemplo essa minha criança, a mãe abandonou e foi para Africa do Sul a procura de condições de vida acredito eu, mas o mal é não dar nenhum sinal de vida, sorte porque deixou o menino enquanto era um pouco crescido e eu e o meu marido ficamos a dar assistência, e até agora a criança está em bons

cuidados aqui comigo. O mal dessa senhora foi o facto deixar a criança de qualquer maneira.

O depoimento de Gina mostra que a pobreza tem sido motivo para o abandono de crianças, onde algumas mães emigram para países vizinhos a procura de boas condições de vida, mas acabam deixando seus filhos a deriva. Dando um exemplo concreto, Gina mostra que a criança por ela adoptada foi abandonada pela mãe cuja emigrou para Africa do sul, porem, o mal desta, foi o facto de a mesma ao tendo dado mais informações e assistência a sua crianças, por isso, ela e o marido decidiram acolher a criança e cuida como se do seu filho biológico tratasse-se. O depoimento de Gina assemelha-se ao de Sixpence (2010) quando mostra que crianças vulneráveis são mais susceptíveis ao abandono. A seguir o depoimento de mães que abandonaram crianças, Rachel, de 28 anos de idade, argumentou:

Eu já abandonei o meu filho, quando eu lhe deixei ele só tinha 9 meses, mas deixei em casa dos meus pais onde eu vivia, fugi fui para Nampula onde uma amiga minha agitou-me para irmos a procura de vida, dizia que tem muito trabalho lá mas a condição é que eu não podia ir com criança porque não ia ter trabalho, fugi de casa, não despedi-me dos meus pais, porque sabia que eles iam-me proibir. Fiquei lá dois anos, sem dar noticias a minha família, mas trabalhava numa organização na qual a minha amiga me meteu graças a um namorado dela, trabalhei, recebia um pouco bem, só que depois me arrependi, até que um dia liguei para minha mãe a pedir desculpas daquilo que eu tinha feito, e disse que queria voltar para casa para cuidar do meu filho, ela zangou-se mas depois aceitou. Então juntei dinheiro e voltei e recomecei a vida fazendo um negócio de venda de roupas e mechas aqui já em Maputo, e até agora vivo disto e consegui recuperar o meu filho e os meus pais perdoaram-me pelo que fiz, mas até hoje sinto vergonha de mim mesmo e não aconselho ninguém a fazer isso.

Rachel mostrou arrependimento de uma mãe que outrora abandonara seu filho por influência de amigas. Foi dita que a condição s chave para sair de Maputo para Nampula, seria abandonar o seu petiz para poder obter emprego, e assim foi, chegado a Nampula conseguiu um emprego por intermédio do namora da sua amiga, contudo o remorso de ter abandonado o seu filho prevalecia. Portanto, passados dois anos, Rachel

contactou a mãe de forma a pedir desculpas pelo que tinha feito. Tendo ganho perdão por parte dos seus progenitores, Rachel decidiu regressar a Maputo para estar próximo do seu filho e iniciar um negócio para o sustentar. Rachel arrepende-se do seu comportamento e diz que não se pode incentivar este tipo de actos, e ela sente vergonha até hodierno pelo que fez. A afirmação de Rachel difere com a de Saraiva e Corrêa (2017) que diz estar na rua possibilita situações de violência, maus tratos, abandono escolar e familiar, mas a rua também é uma fuga para aquelas que sofrem essas violências dentro de casa, nesse aspecto é necessário entender as circunstâncias vivenciadas por cada actor social que ocupa os espaços da rua. A seguir o depoimento de mãe que abandonou uma criança Tereza, de 33 anos de idade, disse:

Eu já abandonei meu filho, ainda com duas semanas apos nascer, vivia num bairro em que quando eu estava grávida conseguiram notar, então fui deixar meu filho perto da igreja, eu sabia que alguém de bom coração ia-lhe acolher. Só passando um dia, minhas vizinhas descobriram que eu já não tinha criança, dai começaram os problemas e chamaram chefe de quarteirão para informar que eu já não tenho criança, disseram a polícia também, dai tive que dizer onde tinha deixado a criança, dali a igreja e uma senhora perguntamos as pessoas próximas se não tinham visto o bebé, e uma senhora que vive perto da igreja é que tinha acolhido a criança, dali chamaram meus famílias porquês não vivíamos na mesma casa. O meu irmão é que se responsabilizou pela criança e eu fiquei detida durante seis meses, meus familiares pagaram para eu sair. Eu abandonei o meu filho porque o pai não quis se responsabilizar pela filha, e eu não tinha condições de criar sozinha a criança. Mas estou arrependida. A criança ate hoje vive com meu irmão, agora tem 8 anos.

Tereza revelou que abandonou sua filha pelo facto de seu parceiro ter recusado a paternidade e ela não ter condições financeiras para arcar com as despesas da recém-nascida. Contudo, a vizinhança apercebeu-se do desaparecimento da criança e questionando-a do paradeiro da mesma, tendo hesitado nas respostas, os vizinhos optaram por contactar as autoridades locais na pessoa do chefe de quarteirão e a polícia, que insistiram que Tereza respondesse sobre o paradeiro da filha.

Foi neste contexto que Tereza revelou que tinha abandonado a criança perto da igreja, daí foram recuperar a criança que já tinha sido acolhida por uma senhora de boa-fé e lhe

foi devolvida para os familiares de Tereza, onde o seu irmão responsabilizou-se pela criança. O facto de ter abandonado a criança, custou a Tereza, uma prisão de seis meses. A tutela da criança está neste momento ainda na responsabilidade do seu irmão. A afirmação da Tereza difere com a de Francisco (2016) que afirma que as crianças particularmente as órfãs, as portadoras de deficiências e as abandonadas, têm direito a protecção da família, da sociedade e do Estado, contra qualquer forma de discriminação, de maus tratos e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições. Portanto, a afirmação do autor difere com o que a atitude de Tereza revela, pois ela como família da criança, ao invés de acolher, abandonou-a. A seguir o depoimento de outra mãe que abandonou uma criança, Bina, de 39 anos de idade, argumentou:

Eu posso dizer que abandonei meu filho sim, o problema é que perdi o meu marido porque ele padecia de HIV/SIDA, eu também estou a padecer dessa doença, então quando o meu marido morreu, os seus familiares vieram me expulsar da casa onde nós vivíamos, alegando que a casa era do seu filho e que eu não tinha direito a nada, assim o caso está no tribunal. Então, depois de ver que eu não estava a conseguir comprar leite para criança, fui pedir numa associação que ajuda pessoas vulneráveis para acolherem meu filho, enquanto eu me recupero porque os comprimidos ainda pesam-me um pouco. Dai que deixei a crianças nas mãos da associação. Mas vou visitar até agora, a criança tem um ano e 3 meses agora.

Bina mostrou que abandonou o seu filho de forma involuntária, pois a falta de meios de subsistência para cuidar do seu filho foi o motivo que obrigou-lhe a procurar uma entidade que pudesse ajudar a cuidar da criança, visto que após o falecimento do seu marido vítima do HIV/SIDA, a família do finado expulsou-lhe de casa alegando que a casa e os bens eram do seu familiar e que a Bina e o seu filho não tinham direito a nada. Na altura do trabalho de campo, Bina estava com um processo na justiça com vista a recuperar os bens deixados pelo marido por forma a proporcionar um lar melhor ao seu filho. A narrativa de Bina mostrou que existe um abandono involuntário alheio a vontade dos progenitores. Esta narrativa é similar com a de Fernandes et. al. (2011) que diz existir uma rede de eventos e fenómenos sociais, familiares e políticos que contribuem para a intenção ou a efectiva realização do abandono.

Em resumo, este capítulo fez alusão aos motivos e perfis de pessoas que abandonam crianças. Portanto, a falta de emprego, a irresponsabilidade, a falta de meios de subsistência e situações alheias aos progenitores das crianças foram os factores que determinaram o abandono de crianças. Todavia, algumas mães que abandonaram as crianças mostraram-se arrependidas pelos actos cometidos, e desincentivam a outras pessoas a optarem por caminho idêntico.

4.1. Adopção de Crianças e Integração nas novas famílias

Neste capítulo analiso o processo de adopção de crianças e integração das mesmas em novas famílias na cidade de Maputo. Uma funcionária da Direcção de Género, Criança e Acção social da cidade de Maputo, disse:

Na instituição onde trabalho tenho recebido mais casos de crianças abandonadas a partir das esquadras e hospitais. Existem crianças que fogem das suas casas e quando são encontradas, a polícia é a primeira a tomar o conhecimento e daí encaminha as crianças à Direcção. O mesmo quando as crianças são abandonadas nas ruas. No caso de crianças abandonadas nos hospitais, a Direcção do Género, Criança e Acção Social da cidade de Maputo, toma conhecimento através do hospital ou da esquadra.

A funcionária da Direcção de Género, Criança e Acção social da cidade de Maputo, referiu ainda que, depois de eles tomarem conhecimento de algumas crianças abandonadas, passaram guias para que essas crianças sejam submetidas aos infantários ou centro de abrigo de menores, e também junto da polícia, tentam localizar os familiares dos menores para estes acolherem seu filho novamente. A funcionária mostra igualmente que as entidades formais Moçambicanas que lidam com o processo de acolhimento de crianças, infantários, orfanatos e indivíduos que de boa-fé são que acolhem crianças abandonadas, decidem seja formal ou informalmente. Formalmente seriam aquelas entidades que seguem todo o processo legal para adopção de uma criança, chegando até a registá-la como se fosse o seu próprio filho, e a informal seria

aquela que a pessoa apenas acolhe a criança e vive com ela na sua residência apenas com o conhecimento das lideranças locais. Uma das mulheres entrevistadas, de aproximadamente 45 anos de idade, afirmou:

Para eu adoptar a criança foi fácil, pois eu via a criança sempre na rua, junto das outras, mas só podia acolher apenas uma. Eu conversei com o meu marido para dar autorização de juntos ficarmos com a criança e ele não se opôs. Dai levei a criança, apresentei-a na esquadra e manifestei o interesse em viver com ela. A esquadra por sua vez passou-me uma nota direccionada para a Direcção de Género e Acção Social da cidade de Maputo, chegado lá, fui questionada se realmente estava disposta a adoptar a criança e ficar em sua responsabilidade. Eu respondi que sim, e dai a instituição deu-me uma guia passando a responsabilidade da paternidade para mim. Foi dai que consegui registar o petiz. Portanto, todas situações inerentes a criança estão sob minha tutela, salvo se os pais biológicos da criança aparecerem e quiserem reivindicar pelo direito de paternidade.

O depoimento da primeira mulher mostrou que teve facilidade no processo de adopção da criança, pois as autoridades policiais e a Direcção de Género e Acção Social da cidade de Maputo, possibilitaram que a senhora ficasse com a criança mediante ao comprometimento nos cuidados da criança. a senhora predispôs-se a cuidar da criança como seu verdadeiro filho, salvo se aparecerem os verdadeiros pais biológicos. A afirmação da primeira mulher difere com a de Sixpence (2010) que percebeu que a interacção social entre as crianças de rua com seus familiares lhes deixa sem amparo por causa da indiferença e rejeição entre eles. A segunda mulher entrevistada, de aproximadamente de 38 anos de idade, disse:

A criança que passei a viver com ela, a encontrei no portão da minha casa ao amanhecer. Tendo percebido isto, fui logo comunicar as autoridades locais e estas por sua vez, disseram-me para apresentar o caso na esquadra mais próxima. Chegado a esquadra, a polícia registou a ocorrência e como a criança era recém-nascida, aconselharam-me a cuidar dela se possível até que se procurasse os verdadeiros

progenitores. Eu aceitei viver com a criança, cuidei dela com conhecimento das autoridades locais e polícia. Já passam nove anos que vivo com a menor e os pais da criança nunca mais apareceram. a criança conhece a mim com o meu marido com os seus verdadeiros pais, embora saiba que foi não foi fácil contar isto para a criança, pois, não sabíamos qual seria a reação dela, felizmente a criança teve boa reação e estamos a viver num ambiente de harmonia, com esperança de que um dia os verdadeiros pais da criança apareçam, pelo menos sejam conhecidos.

A narrativa da segunda mulher revelou que a criança por ela adoptada, a encontrou no portão da sua residência. Dado o episódio, comunicou as autoridades locais e policiais da existência de uma recém-nascida no seu recinto habitacional. Dai, foi lhe dada o dinheiro de cuidar da criança até que os verdadeiros pais biológicos apareçam. de la até então, a mulher revela que tem cuidado da criança, e teve medo em contar que a criança tinha sido adotada, mas depois de o ter feito, a criança sob lhe dar com a situação e actualmente vivem numa tranquilidade. A afirmação da segunda mulher difere com a de Silva (2011) que chegou a conclusão de que a população em situação de rua é constituída por segmentos heterogéneos, com diferentes realidades, mas que comungam a condição de pobreza absoluta e o não pertencente à sociedade formal. A terceira mulher, de aproximadamente 39 anos de idade, afirmou:

Para mim, viver com a criança com qual estou, não foi difícil porque antes de a família me autorizar para viver com ela, ela já vinha aqui em casa, brincava com os meus outros meninos, e ele já se sentia em casa, por isso, quando vimos que abandonou a ele e foi ficar na Africa do Sul, a criança quando foi perguntada com quem queria ficar, logo escolheu a nós e foi uma satisfação porque eu já queria cuidar dela.

A terceira mulher entrevistada referiu que a integração da criança na sua família não foi complicada, visto que, a criança já frequentava sua residência e brincava com os outros seus filhos, não obstante, Gina mostrou que antes mesmo da criança ser dada autorização pela família para viver com ela, já a cuidava como se fosse seu filho, por isso foi uma satisfação quando a criança escolher viver com ela pois já tinha o desejo de

cuida-la. A afirmação da terceira mulher entrevistada difere com a de Save The Children (2007) que conclui que as questões epidemiológicas podem concorrer para o abandono de crianças pela incapacidade dos progenitores em solucionar os seus problemas de saúde. O depoimento que se segue retrata como foi o processo de adoção e integração de crianças em novas famílias. A terceira mulher, de 44 anos de idade, funcionária de uma instituição de apoio a criança, disse:

Aqui as crianças abandonadas são passadas guias para encaminharmos aos orfanatos, infantários e associações, só que por vezes é difícil integrar a elas lá porque os lares podem estar cheios mas acabamos arranjando meio-termo para elas serem integradas pois é também o papel do governo cuidar das crianças abandonadas. Aqui em moçambique ainda não temos a cultura de adotar crianças, por isso os infantários e orfanatos andam cheios por essa causa.

A afirmação da terceira mulher mostrou que as guias de integração das crianças em instituições ou famílias são passadas pela Direção de Género, Criança e Ação Social, que tem o dever de zelar pelo bem-estar social. A terceira mulher referiu que em Moçambique, as pessoas ainda não têm o hábito de adoptar crianças, e isto, faz com que os orfanatos e infantários apresentem-se cheios. Silva (2011) refere que as relações entre a população em situação de rua é constituída por segmentos heterogéneos, com diferentes realidades, mas que comungam a condição de pobreza absoluta e o não pertencem à sociedade formal. O autor relativiza a visão dominante comumente direccionada à população em situação de rua, visão que se pauta no estigma da desordem, da incivilidade, da passividade e do não pertencente à sociedade.

Em resumo, este subcapítulo permitiu compreender duas maneiras de adopção de crianças: Primeiro, os procedimentos formais, onde contactou-se as instituições responsáveis em tratar assuntos de adoção no caso concreto a Direção do Género, Criança e Ação Social da cidade de Maputo. Segundo, as autoridades locais e permissão dos familiares das crianças. Quanto ao processo de integração das crianças em novas famílias, as mulheres entrevistadas cujas adoptaram crianças, mostram que não foi um processo complicado, por um lado, uma das mulheres revelou que foi um choque nos primeiros dias para que a família aceitasse que tem novo membro, porém, ao passar do

tempo foram se habituando e neste momento vivem em plena harmonia, por outro lado, existem a mulher que diz que foi fácil integrar o seu novo filho na família, visto que este já vinha brincando em sua casa e ela já cuidava da criança muito antes da mesma manifestar o interesse em viver na nova família. Por isso, quando a criança preferiu viver com ela, houve uma satisfação enorme, visto que a minha participante já aguardava pelo momento e queria tanto cuidá-lo.

4.2. Interação das crianças nas famílias adotivas

Este capítulo irá analisar o processo de interação das crianças e nas pessoas famílias adotivas. O capítulo argumenta que tanto as crianças bem como as pessoas que as acolheram, interagem e relacionam-se bem embora existam alguns desafios no início da inserção das crianças no novo contexto familiar, pois tendem a se adaptar a novas dinâmicas da vida. A seguir o depoimento de mãe que adotou uma criança, A quarta mulher, de 39 anos de idade, disse:

A interação com o meu filho é muito saudável, eu já vinha tendo uma boa interação antes de adotar a criança porque vivia aqui mesmo perto de casa. Estou sem palavras para continuar a falar, estou emocionada. Ele é meu filho.

A quarta mulher mostrou que a sua relação com a criança por ela adotada é boa. Emocionada durante a conversa, Gina explicou que antes de adotar a criança dava assistência ao petiz, por isso, encontra-se sem palavras para descrever o seu sentimento relacional para com a criança. A afirmação da quarta mulher difere com a de Paula (2016) que afirma que na América Ibérica, as crianças eram constantemente deixadas nas portas de casas ou eram encontrados nas ruas ao amanhecer, algumas em vida outras não, com os corpos rasgados e mutilados por animais nocturnos. A seguir o depoimento da quinta mulher, de aproximadamente 45 anos de idade, disse:

Eu vivo em paz com a minha criança, trato a ele de igual forma que trato os outros meus filhos. E ele também me trata como mãe, é muito educado e respeitoso, preocupa-se muito comigo. Nos meus primeiros 3 anos de

casada, tive dificuldades de conceber, depois tive o meu primeiro filho e foi um parto complicado. Por isso quando adoptei este miúdo, foi uma bênção, porque sei que para ter filho não é tarefa fácil.

A quarta mulher mostrou que vive num ambiente de paz com a criança adotiva, mas do que isso, procura oferecer direitos iguais as crianças todas da sua casa, sendo que trata-as da mesma maneira. Não obstante, a informante afirma que foi uma satisfação adoptar a criança, até porque tem noção do quanto é doloroso não poder conceber (c.f. Mariano e Paulo 2009), por isso ter uma criança é uma dádiva divina. Daí que a criança encontrou protecção na nova família. A narrativa da quarta mulher assemelha-se a e Cochinski (2008) que afirma que as crianças, particularmente as órfãs, as portadoras de deficiências e as abandonadas, têm protecção da família, da sociedade e do Estado, contra qualquer forma de discriminação, de maus tratos e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições. A seguir o depoimento da Quinta mulher, de aproximadamente 38 anos de idade, disse:

A minha relação com a menina é boa. Até com outros irmãos dela, faço de tudo para ninguém perceber que ela não é filha do mesmo sangue comigo. E ela também não mostra-se indiferente a mim. Muitas pessoas aqui do bairro nem sabem que eu adoptei a ela, tudo aqui é a vontade, daí que vejo que amanhã terei orgulho de ter adoptado a ela.

A Quinta mulher mostrou que relaciona-se da melhor forma com a menina por ela adotada, de tal maneira que algumas pessoas não percebem que entre a Arminda e a criança não existe uma relação de consanguinidade. A quarta mulher referiu igualmente que sentirá um dia orgulho por ter adotado a criança. A narrativa da quarta mulher difere com as de Francisco (2016) porque apenas abordou sobre a evolução da história dos direitos da criança no mundo e em Moçambique. A seguir apresenta-se o depoimento das crianças. A primeira criança adoptada, de 13 anos de idade, disse:

Estou a viver bem com os meus pais, com os meus irmãos, quando volto da escola brinco, mamã me ajuda a fazer TPC. Eu fui levada para aqui em casa enquanto era criança meu pai e minha mãe que me nasceram não conheço, mas gostaria de conhecer só para saber porque me

deixaram, mas minha mãe de verdade de verdade, é essa que vivo com ela.

A afirmação desta primeira criança revelou um convívio saudável com a sua nova família, principalmente, com a sua mãe adotiva. A primeira criança afirmou que tem tempo para brincar e rever as matérias com auxílio da sua mãe, contudo, gostaria de um dia conhecer os seus pais biológicos para questioná-los sobre os motivos de a terem abandonado. A primeira criança diz que considera mãe a sua mãe adotiva. A afirmação da criança difere com a de Soares (2015) pois mostra que existem situações que as crianças são abandonadas por serem acusadas de feitiçaria. Portanto, quando a família começa a suspeitar do trama da criança com as forças ocultas, é frequente exercer violência física de modo a ilícitar uma confissão, o que resulta muitas vezes em ferimentos graves ou mesmo na morte. A seguir o depoimento da segunda criança, de 10 anos de idade e falou nos seguintes termos:

Aqui em casa vivo bem, como bem, me tratam bem, faço tudo que eu quero. Eu não quero conhecer meus pais verdadeiros porque eles me deixaram abandonaram, se não eu teria morrido, meu pai e minha mãe estão a me cuidar até agora.

A segunda criança afirmou que vive tranquila, alimenta-se de forma adequada, recebe bons tratos e faz o que quer em seu novo contexto familiar. A criança disse não ter vontade de conhecer os seus pais biológico pelo facto de o terem abandonado enquanto menor. As palavras desta segunda criança diferem com as de Pinheiro (2007) que diz os que as crianças em situações de rua, sofrem castigos corporais nos lares, violência, humilhações e bullying apesar de proibição legal. A seguir o depoimento da terceira criança, de 14 anos de idade, referiu:

Me tratam bem aqui em casa, e desde a muito tempo, mesmo minha mãe de verdade antes de ir para me deixar, quando saiu a minha mãe de agora é que passou a cuidar de mim, até hoje, por isso eu agradeço, se não fosse ela, eu agora estaria a viver em Gaza enquanto eu queria ficar aqui, porque ela já cuidava de mim.

A terceira criança mostrou que antes de sua mãe biológica desaparecer, a mãe adotiva já cuidava dela, visto que, eram vizinhos. A criança agradece por ter sido adotado, pois, se não o fizessem estaria neste momento a viver em Gaza, enquanto a criança pretendeu sempre viver ao lado de sua mãe adotiva. As palavras da terceira criança assemelha-se com as de Cochinski (2008) que afirma que as crianças, particularmente, as órfãs, as portadoras de deficiências e as abandonadas têm protecção da família, da sociedade e do Estado, contra qualquer forma de discriminação, de maus tratos e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições.

A partir das conversas com as três crianças foi possível compreender que as crianças sentem-se tranquilas por ter sido acolhidas e são bem tratadas nas novas famílias, apesar de sentirem falta de seus progenitores. Algumas crianças, dizem que não conhecem seus progenitores desde o seu nascimento; por vezes, isso fê-los sentir constrangidas quando estão diante de outras crianças que vivem em suas próprias famílias enquanto elas não podem. Contudo, existe um grupo de crianças que mostraram-se indiferentes perante a ideia de conhecer as suas reais famílias, pelo facto destas terem as abandonado. Estas crianças preferem permanecer nos contextos onde foram acolhidas, pois lá encontram sossego, e que se não tivessem sido acolhidas, talvez estariam sem vida. Por isso, o sonho delas é viverem junto da família onde foram acolhidas até o resto das suas vidas.

Por seu turno, as pessoas que acolheram as crianças, referiram que o fizeram porque consideram que nenhuma criança deve ficar sem teto, sem protecção, sem amor dos pais, sem vida e sem família para cuidar, daí que decidiram acolher as crianças de forma a dar uma real famílias porque precisam. Das conversas com as pessoas que adoptaram as crianças, percebi que por um lado, algumas das pessoas entrevistadas fizeram uma adoção formal das crianças, tendo mostrado até documentos que conferem a legitimidade de elas terem o direito a paternidade, e outras apenas apresentaram as crianças as autoridades locais e no início procuram pelos verdadeiros pais das crianças e depois de não terem os achados, lhes foram conferidos o direito de ficar com as crianças. Porém não passaram pela Direção de Género, Criança e Ação Social para fazer o registo e daí dar passos subsequentes para uma adoção formal. Contudo, elas afirmam que já fizeram o registo de nascimento das crianças nas conservatórias com base a documentos dados pelas autoridades locais conferindo-lhes o direito de viverem com as crianças

Em resumo, este capítulo mostrou que existe boa relação entre as crianças que foram abandonadas e as famílias que as acolheram e adotaram. Algumas mães referiram aos desafios que existiram nos momentos iniciais para a integração das crianças nos seus novos contextos familiares, porém alguns, afirmaram que foi fácil dada a relação que já vinham tendo com as crianças. Por seu turno, as crianças refeririam que são bem cuidados em seus novos contextos familiares, e algumas destas, não tem vontade de conhecerem os seus reais pais biológicos pelo facto destes terem as abandonado. Os depoimentos deste capítulo difere com as palavras de Save The Children (2007) pois refere que as questões epidemiológicas é que concorrerem para o abandono de crianças pela incapacidade dos progenitores em solucionar os seus problemas de saúde.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisou narrativas sobre o abandono e as experiências de adoção de crianças na cidade de Maputo. Os resultados do estudo remetem-nos a reflexão sobre o conceito de família nuclear que é aquela constituída de pai, mãe e filhos biológicos. Neste trabalho, compreende-se que a família pode ser socialmente construída. Os depoimentos patentes no trabalho que a constituição da família pode ser feita através do processo de adoção, seja ela “formal” usando procedimentos jurídicos, bem como de forma “informal” por via de permissão de pais biológicos das próprias crianças assim como por autorização das autoridades locais.

A adoção de crianças e sua reintegração nas famílias entrevistadas, na cidade de Maputo, ocorria de três formas distintas. Primeiro, as famílias optaram pela formalidade na adoção das crianças, que foi possível através de contactos estabelecidos com a Direcção do Género, Criança e Acção Social da cidade de Maputo. Segundo, a adoção de crianças ocorria por via de autoridades locais e permissão dos familiares das crianças. No entanto, a Direcção do Género, Criança e Acção Social da cidade de Maputo, passa as guias de reintegração das crianças em novas famílias. Terceiro, a adoção de crianças não totalmente formal, onde as crianças são apresentadas às autoridades locais e policiais, após serem encontradas no abandono, a Direcção do Género, Criança e Acção Social da cidade de Maputo, não é contactada.

O processo de integração das crianças em novas famílias não constituiu um grande problema para as mães adoptivas das crianças abandonadas, devido a situação em que as crianças são encontradas. Portanto, as autoridades tem optado em facilitar a reintegração das crianças de forma que estas não fiquem em situação de vulnerabilidade e sem protecção.

A interacção das crianças e as pessoas dos locais onde foram integradas é boa, pese embora nos primeiros dias após a reintegração não tem sido fácil, pois é antes de as crianças familiarizarem-se ao novo contexto familiar. As crianças receberam melhores cuidados, por parte dos seus pais e irmãos adoptivos, no entanto, estas crianças não manifestaram interesse em conhecer os seus progenitores.

O abandono de crianças nas ruas tem suas lógicas e significados, por um lado, as pessoas que abandonam suas crianças alegaram factores socioeconómicas; por outro lado, a insatisfação no relacionamento, após as mulheres serem abandonadas por seus maridos. As crianças encontram abrigo em pessoas de boa-fé, que movidas por sentimentos acolhem as crianças, seja formalmente, assim como informalmente.

APÊNDICES

Apêndice 1: Guião de entrevista para pessoas ou instituições que acolhem crianças abandonadas

1. Como se chama-se, (se quiser responder)?
2. Quantos anos têm?
3. Já viu ou ouviu falar de crianças abandonadas?
4. Aonde ouviu ou viu?
5. Em que local essas crianças foram abandonadas?
6. Em que circunstâncias encontrou as crianças?
7. Que idade tinham as crianças abandonadas?
8. Sabe dizer quem abandonou a criança?
9. Depois de ter encontrado a criança abandonada, qual foi o procedimento que tomou?
10. Conhece a família biológica da criança que acolheu?
11. Se sim, qual é a relação que mantém com a família biológica da criança?
12. Sabe dizer quais tem sido os motivos do abandono de crianças?
13. Qual é a relação que mantém com a criança abandonada?
14. Quem cuida da criança?
15. A criança sabe que foi abandonada? Se sim, qual tem sido reacção dela perante a esse facto?
16. O que tem feito para que a criança se sinta a vontade?
17. Qual tem sido o comportamento da criança?
18. Tem alguma coisa para me dizer?

Agradeço pelo tempo dispensado, muito obrigado.

Apêndice 2: Guião de entrevista para pessoas que abandonam crianças

1. Já viu ou ouviu falar de crianças abandonadas?
2. Aonde ouviu ou viu?

3. Em que local essas crianças foram abandonadas?
4. Em que circunstâncias encontrou as crianças?
5. Que idade tinham as crianças abandonadas?
6. Sabe dizer quem abandonou a criança?
7. Depois de ter encontrado a criança abandonada, qual foi o procedimento que tomou?
8. Conhece a família biológica da criança que acolheu?
9. Se sim, qual é a relação que mantém com a família biológica da criança?
10. Sabe dizer quais tem sido os motivos do abandono de crianças?
11. Qual é a relação que mantém com a criança abandonada?
12. Quem cuida da criança?
13. A criança sabe que foi abandonada? Se sim, qual tem sido reacção dela perante a esse facto?
14. O que tem feito para que a criança se sinta a vontade?
15. Qual tem sido o comportamento da criança?
16. Tem alguma coisa para me dizer?

Agradeço pelo tempo dispensado, muito obrigado.

Apêndice 3: Guião de entrevista para crianças abandonadas

1. Estudas? Se sim, em que classe?
2. Foste abandonado/a com que idade?
3. Onde é que foste abandonado/a?
4. Sabes quem te abandonou?
5. Ainda mantém qualquer tipo de relação com a pessoa que te abandonou?
6. Se, sim que tipo de relação mantém?
7. Depois de abandonado/a, sabes dizer quem te acolheu e quando?
8. Depois de acolhida, para onde foste encaminhado/a?
9. Conheces outras crianças que foram abandonadas?
10. Qual é a relação que tem com a pessoa ou instituição que te acolheu?
11. Qual é a relação que mantém com outras crianças abandonadas e não abandonadas?
12. Como é que ti sentes no local onde vives?
13. Qual é o sentimento que tens por ter sido abandonado/a, estas triste ou nem por isso?
14. O que gostaria de dizer em gesto de fecho para as pessoas que abandonam crianças?
15. Tens alguma outra coisa para me dizer?

Agradeço pelo tempo dispensado.

Guião de observação

1. Observar locais onde as crianças são abandonadas;
2. Observar crianças abandonadas;
3. Observar locais onde são inseridas as crianças abandonadas;
4. Observar em que condições as crianças passam a viver depois de acolhidas;
5. Observar as acções/attitudes de crianças abandonadas;

Observar as acções/attitudes das pessoas que acolhem crianças abandonadas.

Apêndice 4: Lista dos informantes da pesquisa

Nomes	Idade	Nível de escolaridade	Ocupação
Sara	44 Anos	Ensino superior	Funcionária da DGCAS
Marlin	45 Anos	Ensino Secundária geral	Secretária
Gina	39 Anos	Ensino Superior	Técnica de contabilidade
Cristina	45 Anos	Ensino técnico médio	Tesoureira
Rachel	28 Anos	Ensino básico	Vendedeira
Tereza	33 Anos	Ensino primário	Doméstica

		completo	
Bina	39 Anos	Ensino Secundário	Doméstica
Criança 1/ do sexo Masculino	13 Anos	Ensino primário	Aluno
Criança 1/ do sexo Masculino	10 Anos	Ensino primário	Aluno
Criança 1/ do sexo Feminino	14 Anos	Ensino primário	Aluno

Fonte: Dados do Trabalho de Campo (2019).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Cohn, C. 2013. *Conceptions of infancy and childhood*, *Civitas*, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 221-244.

Marconi, M.& Lakatos, E. 2007. *Técnicas de pesquisa*. 6ªed. São Paulo, Atlas.

Manjate, I. 2014. *Moradores de Mugorodes: Um estudo sobre a organização social entre os chamados meninos de rua na cidade de Maputo*. (Trabalho de Culminação de Estudos - Licenciatura em Antropologia). Maputo: UEM/ FLCS.

Oriente, I. Gomes Sousa, S. 2015. *The meaning of abandonment for children in institutions*, *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 11, n. 17, p. 29-46

Paula, T. 2016. *Trajectórias na freguesia da cidade natal*, (Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Sector de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná), Área de concentração em História, Cultura e Sociedade, Linha de pesquisa Espaço e Sociabilidades, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

Pinheiro, P. 2007. *Violência contra crianças: informe mundial*, *Ciência & Saúde Colectiva*, 11 (Sup): 1343-1350.

Maló, A. 2017. *Moradores de Mugorodes e suas Experiências em torno do Crime: estudo de caso a partir da Baixa da cidade de Maputo*, (Trabalho de Culminação de Estudos - Licenciatura em Antropologia). Maputo: UEM/ FLCS.

Moisés, A. 2015. *Processo de integração e estratégias de protecção dos moradores dos “mugorode”, na baixa da cidade de Maputo*, (Trabalho de Culminação de Estudos - Licenciatura em Antropologia). Maputo: UEM/ FLCS.

Saraiva, L, Corrêa, J.2017. *Eu e a rua: Ser criança em situação de rua na cidade de Bragança-PA*, *Nova Revista Amazónia* - Ano V, Volume 1, ISSN: 2318-1346.

Silva, T. 2011. A rua como espaço de interacção social: Um estudo antropológico das relações entre população em situação de rua e grupos caritativos, *Revista antropolítica*, Niterói, n. 29, p. 131-149.

Sixpence, A. 2010. *Crianças vulneráveis em Moçambique: um olhar sobre o papel de estigma na permanência de crianças que vivem na rua na baixa da cidade Maputo*. (Monografia- Licenciatura em Sociologia). Maputo: UEM/ FLCS.

Soares, P. 2015. *Um estudo etnográfico sobre o acolhimento e reintegração social de crianças acusadas de feitiçaria em Angola*, (Trabalho de projecto submetido como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Antropologia), Escola de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Antropologia.